

SOBRECULTURALIDADE: CONCEITOS IMPLICADOS NA CONSTRUÇÃO DE UM PENSAMENTO INTERCULTURAL

Cibele Gonçalves Cardozo

Sandro Fernandes do Nascimento

DOI: <https://doi.org/10.29327/5365336.1-2>

RESUMO

O uso do termo Interculturalidade no Brasil é relativamente recente. Inicialmente foi utilizado na Europa para orientar os europeus frente ao aumento das migrações, principalmente no século XX. Na América Latina, o termo foi utilizado junto à educação escolar indígena, em países como: Bolívia, Chile e Uruguai e, posteriormente, em alguns países, como um projeto social e político contra a colonialidade. No Brasil, a Interculturalidade é comumente associada à educação escolar indígena, que tem como parâmetro um ensino bilíngue, diferenciado e intercultural, atribuído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei de Diretrizes Nacionais Básicas - LDB 9.394/96. Portanto, para construirmos um pensamento intercultural, devemos inicialmente ter clareza e compreensão de alguns termos, sendo eles: Cultura, Identidade, Colonização, Descolonização, Colonialidade, Decolonialidade, Intraculturalidade, Multiculturalidade, Interculturalidade, Transculturalidade e Sobreculturalidade. Veremos neste capítulo, que a construção de um pensamento intercultural não limita a construção de uma sociedade que se relaciona de maneira respeitosa, mas que acima de tudo, busca a sobrevivência cultural.

Palavras-chave: Educação Escolar; Multiculturalidade; Interculturalidade; Sobreculturalidade.

RESUMEN

El uso del término Interculturalidad en Brasil es relativamente reciente. Inicialmente se utilizó en Europa para guiar a los europeos ante el aumento de la migración, especialmente en el siglo XX. En América Latina, el término fue utilizado junto con la educación escolar indígena, en países como Bolivia, Chile y Uruguay y posteriormente en algunos países, como un proyecto social y político contra la colonialidad. En Brasil, la Interculturalidad es comúnmente asociada a la educación escolar indígena, que tiene como

parámetro una enseñanza bilingüe, diferenciada e intercultural, atribuida por la Constitución Federal de 1988 y reglamentada por la Ley de Directrices Básicas Nacionales - LDB 9394/96. Por lo tanto, para construir un pensamiento intercultural, debemos inicialmente tener claridad y comprensión de algunos términos, a saber: Cultura, Identidad, Colonización, Descolonización, Colonialidad, Decolonialidad, Intraculturalidad, Multiculturalidad, Interculturalidad, Transculturalidad y Sobreculturalidad. Veremos en este capítulo que la construcción de un pensamiento intercultural no limita la construcción de una sociedad que se relacione de manera respetuosa, sino que, sobre todo, busque la supervivencia cultural.

Palabras clave: Educación Escolar; Multiculturalidad; Interculturalidad; Sobreculturalidad.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Interculturalidade tem conquistado espaço nas discussões que permeiam a educação escolar indígena, sobretudo a partir da década de 90 que, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB de 1996, estabeleceu uma educação escolar intercultural. Desde então, vários pesquisadores dedicam seus estudos buscando compreendê-la e analisando formas de empregá-la na educação. No que tange a formação docente, Candau (2012) explica que:

Dentro da perspectiva da Interculturalidade é um aspecto crucial e determinante, pois, os formadores precisam recuperar a força da palavra, do direito de falar e do poder/autoridade da palavra no seu processo formativo, a fim de que sejam educados no ouvir/acolher/reconhecer os sujeitos do processo educacional, os educandos (CANDAU, 2012, p. 92).

Visando conceituar Interculturalidade, e, mesmo acreditando em que seu conceito seja polissêmico, tentaremos apresentar seu princípio e o conceito de outros termos que acreditamos possuir relação, direta ou indiretamente, com a Interculturalidade, sendo eles: cultura, identidade, colonização, descolonização, colonialidade etc. São termos que se trabalhados, levarão o leitor a compreender algumas etapas que precisam ser

superadas, pois antecedem o processo de Interculturalidade, tornando possível o desenvolvimento de uma proposta pedagógica capaz de promover a transformação social.

CONCEITOS

São inúmeros os conceitos existentes para a palavra “cultura”, portanto, nós nos limitaremos a apresentar alguns. Para Scottini (2019, p. 271), está relacionado ao “modo de cultivar a terra e as plantas; desenvolvimento intelectual, sabedoria, conhecimento; domínio de tradições, modo próprio de agir e ver a vida”. Entendemos que a cultura representa o modo de ser de cada grupo. Em Dourados no Mato Grosso do Sul, por exemplo, parte da população tem o hábito de tomar *tereré*, herança cultural deixada pelos povos paraguaios.

A diversidade cultural, antes pouco discutida, ganha impulso com o início das relações entre culturas distintas e com o movimento migratório do século XX, que os forçou a reconhecer a existência de culturas diferentes e buscar meios para estabelecer relações. Candau (2012, p. 240) descreve que “a questão da diferença assume importância e se transforma em um direito, não só pelo direito de os diferentes serem iguais, mas o direito de afirmar a diferença em suas diversas especificidades”, uma diferença posta em pé de igualdade. Santos (2003) afirma:

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (SANTOS, 2003, p. 53).

O autor foi muito feliz em sua colocação, quando cita: “diferença”, “igualdade” e “desigualdade”, pois demonstra um pensamento contrário ao do colonizador, que não valoriza as diferenças, mas sua própria cultura,

crença, língua etc. e acentua as desigualdades.

Começaremos este capítulo apresentando o conceito de identidade, Scottini (2019, p. 462) diz se tratar de “caracteres próprios de um ser, definição de alguém”. Hall (2011, p. 12) menciona a existência de três concepções para identidade: sujeito do Iluminismo, sujeito Sociológico e sujeito Pós-moderno, e as conceitua da seguinte forma:

Sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção de pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo, essencialmente, o mesmo – contínuo ou “idêntico” a ele ao longo da existência do indivíduo.

Sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo nem autossuficientes, mas era formado nas relações com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos, a cultura dos mundos em que ele habitava. Sua identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade.

Sujeito pós-moderno nas palavras de Hall (2011) é:

[...] conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpretados nos sistemas culturais que nos rodeia. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente (HALL, 2011, p. 12).

Nenhuma concepção de sujeito se sobrepõe a outra, o autor salienta que ambas são utilizadas na construção de argumentos. Por vezes, pensamos em identidade e associamos as diferenças, Silva (2000) explica que

é preciso considerar a diferença não simplesmente

como resultado de um processo, mas como o processo mesmo pelo qual tanto a identidade quanto a diferença (compreendida, aqui, como resultado) são produzidas (SILVA, 2000, p. 73).

Nesse contexto, a diferença não é o resultado somente de um processo, ela é parte dele. Woodward (2000, p. 40) complementa “a identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença”.

Hall (2006 *apud* FARIA; SOUZA, 2011) apresenta o conceito de:

“identidades culturais” como aspectos de nossas identidades que surgem de nosso “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais. O autor entende que as condições atuais da sociedade estão “fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (HALL, 2006 p. 09 *apud* FARIA; SOUZA, 2011, p. 37).

O Brasil foi um país colonizado por portugueses, mas conseguiu a independência através da descolonização, Braga (2019, p.41) explica que

a descolonização tende a ser circunscrita ao processo histórico e político no qual uma colônia torna-se independente, após a saída do colonizador, adquirindo o status de país independente (BRAGA, 2019, p. 41).

Descolonizar não significa romper com a colonialidade, à descolonização é um processo que resulta na independência de um país colonizado, e a colonialidade está ligada a identidade trazida e deixada pelos colonizadores, como por exemplo, suas ideias e ideais.

Quijano (1997 *apud* ASSIS, 2015) sobre colonialidade explica:

Cunhou o conceito como algo que transcende as particularidades do colonialismo histórico e que não desaparece com a independência ou descolonização. Essa formulação é uma tentativa de explicar a modernidade como um processo intrinsecamente vinculado à experiência colonial. Essa distinção entre colonialidade e colonialismo permite, portanto, explicar a continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o fim das administrações

coloniais, além de demonstrar que essas estruturas de poder e subordinação passaram a ser reproduzidas pelos mecanismos do sistema-mundo capitalista colonial-moderno (QUIJANO, 1997 *apud* ASSIS, 2015, p. 614).

Mesmo que um país alcance a independência, é possível que, em sua organização social ou política, permaneça resquícios da colonialidade. Restrepo e Rojas (2012 *apud* TONIAL *et al*, 2017) explicam que a colonialidade é um:

Fenômeno histórico complexo que se estende para além do colonialismo, referindo-se a um padrão de relações de poder que opera pela naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais, de gênero e epistêmicas. A naturalização é o que possibilita a reprodução das relações de dominação. Esse padrão de poder mantém e garante a exploração de uns seres humanos sobre outros e subalterniza e oblitera os conhecimentos, experiências e formas de vida do grupo que é explorado e nominado (RESTREPO; ROJAS, 2012 *apud* TONIAL *et al*, 2017, p. 19)

Para romper com a colonialidade, é preciso que aconteça o processo decolonial. Transcender a colonialidade é fundamental para que o país recupere sua identidade, através de uma perspectiva intelectual libertadora e não eurocêntrica. Reis e Andrade (2018) explicam que

a descolonização intelectual mostrar-se-á indispensável na mesma medida em que a colonização do pensamento faz com que perdurem a opressão e o domínio, especialmente na esfera econômica (REIS; ANDRADE, 2018, p. 08).

Candau (2020) explica que

a perspectiva decolonial vem se desenvolvendo no continente americano a partir dos anos 2000 (...). Promovida pelo grupo conhecido como “Modernidade-Colonialidade”, formado por especialistas em filosofia, ciências sociais, semiótica, linguística e educação (CANDAU, 2020, p. 680).

Segundo Colaço e Damázio (2012), a decolonialidade não tem a

intenção de desfazer o colonial ou revertê-lo, ou seja, superar o momento colonial pelo momento pós-

-colonial. A intenção é provocar um posicionamento contínuo de transgredir e insurgir. O decolonial implica, portanto, uma luta contínua (COLAÇO; DAMÁZIO, 2012, p. 08).

Reis e Andrade (2018) apresentam os objetivos do pensamento decolonial:

Problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular interdisciplinarmente cultura, política e economia de maneira a construir um campo totalmente inovador de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial (REIS; ANDRADE, 2018, p. 03).

A decolonialidade questiona a herança colonial, propõe um novo pensar levando a uma crítica do modelo vigente, seja econômico, cultural, político etc. Pensar a decolonialidade é o princípio para construção de um saber próprio, ou recuperação daquele que fora abandonado, tenhamos, por exemplo, a cultura indígena, que devido à influência não indígena causou, em alguns povos, o que chamamos de aculturação.

A aculturação de acordo com Neto (2012 *apud* SANTANA, 2020) é a:

Transformação cultural provocada pela relação com outras culturas. As transformações decorrentes do processo de aculturação podem ser físico-geográficas, biológicas, políticas, econômicas, culturais, sociais e, por fim, psicológicas em nível individual (NETO, 2012 *apud* SANTANA, 2020, p. 101).

A aculturação gera transformação, essa transformação se torna possível quando se estabelece uma interação, Santana (2020, p. 101) explica que “a aculturação inclui a influência das culturas em contato, e gera, ainda que de maneira sutil, mudanças na população e, em termos individuais, nas pessoas em interação”.

Para Schaden (1976)

a aculturação resulta da seleção de materiais oferecidos por uma cultura à percepção da outra e dos mecanismos que atuam no interior de cada sociedade, em ordem a integrarem adequadamente aqueles materiais (SCHADEN, 1976, p. 380).

Contrapondo ao conceito de aculturação, conheçamos o termo adculturação, Aguirre (2004 *apud* MARTINS, 2015):

*“Adculturação” es el proceso resultante del contacto directo y continuo entre dos culturas, del que se derivan influencias culturales mutuas, a veces en equilibrio, a veces de predominancia de una sobre otra. Una “adculturación” equilibrada, de mutuos préstamos, es siempre un diálogo cultural (AGUIRRE, 2004 *apud* MARTINS, 2015, p. 40).*

Martins (2020, p. 01) complementa adculturação “é a soma de culturas com o contato”, fazendo-nos entender que esse processo não gera perda cultural, mas soma aquisição de elementos de outra cultura e, é neste ponto que ela se diferencia de aculturação.

Outro termo que merece ser conceituado neste capítulo é o da Intraculturalidade, Martins (2015, p. 181) explica que a Intraculturalidade parte de uma visão “interna de si mesmo [...]. A autoaceitação e o autorreconhecimento figuram como os princípios básicos da Intraculturalidade, de onde parte do interior se reflete no exterior”, a aplicabilidade do termo leva ao reconhecimento da própria cultura. Gervás e Burgos (2014) definem Intraculturalidade como:

La valoración de los elementos propios una cultura, dirigidos a fortalecer la identidad del grupo (...). Permite el reconocimiento de cada cultura y de cada pueblo, aprendiendo de sí mismo, rescatando su propia lengua, costumbres y valores y conformando el paso previo que nos conducirá hacia la Interculturalidad (GERVÁS; BURGOS, 2014, p. 30).

A partir do momento em que o sujeito reconhece a própria cultura, sofre o processo de Intraculturalidade, logo reconhece a existência de outras culturas, que chamamos de Multiculturalidade. Hall (2003, p. 50), em sua obra, traz a definição de multicultural e Multiculturalidade, o primeiro é “qualificativo, descreve as características sociais e os problemas de

governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum”. Já o termo Multiculturalidade é “substantivo, refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade pelas sociedades multiculturais”, o termo multicultural está relacionado às características e Multiculturalidade às ações.

Gervás e Burgos (2014) definem Multiculturalidade como sendo:

Corriente de pensamiento que se encarga del estudio de la presencia en un mismo espacio y tiempo de culturas heterogéneas. No implica los valores que requiere la interacción (conocimiento del otro, aceptación, convivencia, implicación, resolución de conflictos, mediación, solidaridad, transigencia, etc.), pero si valores de otro tipo que también favorecen y son fundamentales en el establecimiento de las relaciones entre grupos sociales heterogéneos (respeto, tolerancia, democracia, etc.) (GERVÁS; BURGOS, 2014, p. 30).

Weissmann (2018, p. 23-24) define a Multiculturalidade como “um conjunto de culturas em contato, mas sem se misturar: trata-se de várias culturas no mesmo patamar”, reforçando as palavras de Gervás e Burgos. Martins *et al* (2018, p. 59) descreve que a Multiculturalidade complementa o conceito do termo Intraculturalidade, afirma que a Multiculturalidade “representa a presença de culturas heterogêneas em espaços comuns de coexistência”.

Para alcançarmos a Interculturalidade é preciso que tenhamos passado pelo processo de resgate e valorização cultural própria e reconhecer a existência de distintas, para que possamos interagir. Essa interação é chamada de Interculturalidade, uma interação que não gera aculturação. Vejamos a importância de conhecermos os conceitos, percebemos que para que haja uma interação sem prejuízos, é preciso ter conhecimento sobre si e respeito às diferentes culturas, evitando a perda da identidade cultural.

Na América Latina, o uso do termo Interculturalidade surge associado à educação indígena e continua até os dias atuais. É errôneo dizer

que outras áreas não se apropriaram do termo, porém daremos ênfase, neste capítulo, apenas ao campo educacional, objeto de maior estudo. Candau (2012) explica que a:

Interculturalidade surge na América Latina no contexto educacional e, mais precisamente, como referência à educação escolar indígena. Segundo Lopez-Hurtado Quiroz (2017, p. 15), Mosonyi e Gonzalez, dois linguistas-antropólogos venezuelanos estão entre os primeiros a definir o conceito de Interculturalidade, na primeira metade dos anos 70, aplicando-o a questão educativa ao descrever suas experiências com os indígenas arhuacos, da região do Rio Negro, na Venezuela (CANDAUI, 2012, p. 120).

O surgimento do termo na América Latina é relativamente recente e existem diversas obras que abordam o assunto, Lopez-Hurtado (2007) descreve:

La noción de Interculturalidad apareció casi simultáneamente en América Latina y en Europa, para plantear el desafío del diálogo y de la comprensión y el respeto entre individuos provenientes de culturas diferentes, aunque, como es obvio, desde perspectivas e intereses diferentes. En Europa la categoría surgió de la preocupación por la modificación del tejido social de sus zonas urbanas, como producto de influjo cada vez más importante de oleadas de trabajadores y familias de migrantes del Tercer Mundo, derivaba en que en un mismo salón de clases pudiesen encontrarse interactuar estudiantes pertenecientes a diferentes grupos étnicos y culturales. En América Latina, en cambio, el uso del término se dio en el marco de proyectos de educación indígena, en los que confluían estudiantes indígenas que entraban en contacto con la cultura oficial hegemónica (LOPEZ-HURTADO, 2007, p. 27).

O autor descreve dois contextos diferentes para o surgimento da Interculturalidade: na Europa devido às migrações e na América Latina como projeto de educação para as pessoas indígenas. Repetto (2019, p. 71) explica que a Interculturalidade, na perspectiva da América Latina e dos países latinos da Europa, diferenciava-se, confirmando o que já fora falado por Lopez-Hurtado (2007):

Em Portugal, Espanha, França e Itália (...) o dilema da Interculturalidade é utilizado para pensar os desafios da “integração” da população imigrante que chega de outros países, especialmente de África e das Américas. Por sua vez, na América Latina o debate de Interculturalidade, associa-se aos povos indígenas, os quais não são populações estrangeiras, mas uma população originária que habitava o continente antes do processo de colonização e da posterior formação dos atuais Estados Nacionais. Esta diferença de perspectiva é muito interessante para compreender os diferentes campos de significados e de aplicação prática (...). Os debates sobre Interculturalidade surgiram para fazer referência às políticas públicas educacionais voltadas para os povos indígenas. Isto no contexto das políticas indigenistas, as quais tratam os povos indígenas, desde a formação dos Estados nacionais, como um problema (REPETTO, 2019, p. 71).

Se pensarmos historicamente, não haveria necessidade de trabalharmos a Interculturalidade na América Latina, pois os indígenas são povos originários e, teoricamente, não precisam dessa interação, mas como foram explorados, perseguidos e colonizados, é necessário restaurar sua cultura para que possam interagir, terem voz e força para lutar, Fleuri *et al* (2014) explica que:

Construir criticamente a Interculturalidade requer transgredir e desmontar a matriz colonial presente no capitalismo e criar outras condições de poder, saber, ser, estar e viver, que apontem para a possibilidade de conviver numa nova ordem e lógica que partam da complementaridade e das parcialidades sociais. Interculturalidade deve ser assumida como ação deliberada, constante, contínua e até insurgente, entrelaçada e encaminhada com a do decolonizar (FLEURI *et al*, 2014, p. 94).

Walsh (2007 *apud* CANDAU, 2020) trata da Interculturalidade crítica e afirma que

ela está intrinsecamente relacionada à perspectiva decolonial e deve ser compreendida como um processo e projeto intelectual e político orientado à construção de modos outros de poder, saber e ser (WALSH, 2007, p. 09 *apud* CANDAU, 2020, p. 680).

Fleury (2017 *apud* CANDAU, 2020) explica que:

A Interculturalidade crítica aponta, pois, para um projeto necessariamente decolonial. Pretende entender e enfrentar a matriz colonial do poder, que articulou historicamente a ideia de “raça” como instrumento de classificação e controle social com o desenvolvimento do capitalismo mundial (moderno, colonial, eurocêntrico), que se iniciou como parte da constituição histórica da América (Fleury 2017, p. 183 *apud* CANDAU, 2020, p. 680).

O autor faz referências ao conceito já abordado neste capítulo, e reforça a ideia da decolonialidade, D’Ávila (2012 *apud* MARTINS *et al*, 2018, p. 60) conclui que “para haver interação, é preciso o conhecimento sobre a diversidade na qual se está inserido, sendo que, para entender o outro, deve-se estar preparado para dialogar com ele”. Marín (2014, p. 18) explica que “assumir a Interculturalidade como perspectiva possibilita-nos o reconhecimento e a valorização de outros sistemas culturais”, promovendo a Transculturalidade. Martins *et al* (2018, p. 62) afirma que o que estamos demonstrando, ao longo deste capítulo, é que as etapas de “Multiculturalidade e Interculturalidade podem surgir após a etapa de Intraculturalidade, as quais, juntas, geram a Transculturalidade” que segundo Gervás e Burgo (2014):

Hace referencia a la situación en la que diferentes culturas entran en contacto entre sí y se influyen mutuamente, interactuando y generando puntos comunes de coexistencia, que facilitan la convivencia. Se entiende pues, como la valoración e interrelación de los elementos comunes a diferentes culturas, con el fin de poder compartirlos (GERVÁS; BURGO 2014, p. 30).

Ela se manifesta a partir da interação, por meio do reconhecimento de pontos semelhantes entre as culturas, Boccato e Biscalchin (2014) complementam:

Uma concepção teórico-ideológica que suplanta o aspecto da compreensão de uma cultura por outra cultura e garante a tradução de uma cultura para qualquer outra cultura, por meio do sentido que une as mais diversas culturas, privilegiando a constituição de

uma identidade cultural supranacional, sem a perda das identidades culturais (BOCCATO; BISCALCHIN, 2014, p. 240).

Não é a valorização de uma cultura em detrimento a outra, nem se pretende influenciar pessoas e pensamentos, e sim como afirma Vásquez (2011 *apud* Martins *et al*, 2018, p. 60): “significa o contato entre diferentes culturas e a influência mútua, gerando pontos comuns de coexistência, quer dizer, a transformação pelo contato cultural”, essa transformação leva uma sobrevivência cultural chamada de Sobreculturalidade, termo criado por Martins (2020), que significa:

O processo de Sobreculturalidade consiste em explicar a transformação, gerada com o contato, pois é observada em todos os códigos de conduta, os valores morais, as regras sociais e culturais, como a própria língua e a educação, que são as bases de orientação de qualquer indivíduo no mundo. Assim, o processo sobrecultural, enquanto depende da relação de um indivíduo consigo mesmo e com os outros sob forma de autoaceitação, encontro, conflitos e interação, gera uma problemática cultural e, por isso, muda ou se transforma por resiliência, adequação, adaptação e sobrevivência. Nesse momento, entendemos o processo sobrecultural como uma situação de ajuste social de um indivíduo com o grupo ao que pertence e, ao mesmo tempo, com os grupos no seu entorno, não se tratando de um processo meramente aculturador (MARTINS, 2020, p. 198-199).

Por fim, Martins (2015, p. 257) vislumbra a Sobreculturalidade “um processo complementar e de junção dos vários conceitos relacionados à cultura, criados em épocas distintas e por autores distintos”, como vimos no decorrer deste capítulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Interculturalidade não é um termo dependente, porém se reconhecermos a nossa cultura (intra), entendermos e respeitarmos a existência de outras (multi), haverá uma interação harmoniosa (inter),

podendo gerar uma transformação que levará à sobrevivência cultural. Os termos, mesmo independentes, juntos formam uma unidade e o resultado é a sobrevivência cultural. Para que a cultura sobreviva, considerar essa unidade é essencial, pois se não percorrermos este processo (intra+multi+inter+trans = sobrevivência), corremos o risco de não provocarmos a decolonialidade.

Precisamos romper com o pensamento colonial para preservarmos nossa identidade cultural, que, em algum momento ao longo da história, pode ter sido afetada, seja por imposição ou através do contato com o pensamento eurocêntrico. A exemplo disso, temos os indígenas, que durante a colonização do Brasil, foram submetidos a um processo educacional ocidental e a uma política integracionista que não levaram em consideração os aspectos culturais, a crença, a religião etc. desse povo.

Dessa forma, o pensar e o agir deve contemplar o todo, para que não tenhamos pensamentos fragmentados. Não basta reconhecer a existência de várias culturas, se eu não passei pelo processo de autoaceitação; não basta interagir com culturas diferentes, se considero minha cultura superior à do outro. É diante, desse contexto, que o pensamento intercultural ganha espaço nas escolas brasileiras, reforçando a ideia de um diálogo e uma interação que não gere prejuízos a nenhum grupo étnico.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 27, n. 72, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19436>. Acesso em: 8 ago. 2023.

BOCCATO, Vera Regina Casari; BISCALCHIN, Ricardo. As dimensões culturais no contexto da construção de vocabulários controlados multilíngues. **Rev. Interam. Bibliot.**, Medellín (Colômbia), v. 37, n. 3 set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rib/v37n3/v37n3a4.pdf>. Acesso em: 30 maio

2021.

BRAGA, Cláudio. R. V. **A literatura movente de Chimamanda Adichie: pós-colonialidade, descolonização cultural e diáspora.** Brasília: Editora UnB, 2019.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças Culturais, Interculturalidade e Educação em Direitos Humanos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 118, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/QL9nWPmwbhP8B4QdN8yt5xg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17 jun. 2021.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças, Educação Intercultural e Decolonialidade: temas insurgentes. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 13, n. Especial, p. 678–686, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/54949>. Acesso em: 8 ago. 2023.

COLAÇO, Thais Luzia; DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

FARIA, Ederson de; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. Sobre o conceito de identidade: apropriações em estudos sobre formação de professores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 15, n. 1, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/D'TxHk78xxwXWq6gcH7RKjQG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 01 jun. 2021.

FLEURI, Reinaldo Matias; COPPETE, Maria Conceição; STOLTZ, Tania. Educação Interculturalidade e Diversidade: perspectivas possíveis. *In*: CECCHETTI, Elcio; POZZER, Adecir (Orgs.). **Educação e Interculturalidade conhecimento, saberes e práticas descoloniais.** Blumenau: Edifurb, 2014.

GERVÁS, Jesús María Aparicio; BURGOS, María Ángeles Delgado. **La educación intercultural en la formación universitaria europea y latinoamericana.** Burgos, Espanha: ITAMUT-FIFIED, 2014.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

LOPEZ-HURTADO, Luis Enrique. Trece claves para entender la interculturalidad en la educación latinoamericana. *In*: GIL, Enric Prats.

(Coord.). **Multiculturalidad y educación para la equidad**. Barcelona: Octaedro-OEI, 2007.

MARÍN, José. Colonização e Descolonização na Educação e Interculturalidade: relações entre saber local e saber universal, no contexto da globalização. *In*: Elcio; POZZER, Adecir (Orgs.). **Educação e Interculturalidade: conhecimento, saberes e práticas descoloniais**. Blumenau: Edifurb, 2014.

MARTINS, Daniel Valério. **A Intraculturalidade nas Comunidades Indígenas da Região Metropolitana de Fortaleza-CE, Brasil**: caminho para o desenvolvimento e Sobreculturalidade. 2015. 424 f. Tese (Doutorado em Estudos Latino-americanos linha Antropologia) - Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2015. Disponível em: https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/128860/III_ValerioMartinsD_A_intraculturalidade.pdf;jsessionid=17434D45472EDD908451054706E5E884?sequence=1. Acesso em: 08 jun. 2023.

MARTINS, Daniel Valério; COUTO, Ana Luara N. Gortari do; SÁNCHEZ, Paula Bravo. Conceitos de Contatos Culturais e de Intervenção Social que incidem na Sociedade Latinoamericana do Século XXI: Intra, Multi, Inter, Trans e Sobreculturalidade. **Revista Pluri**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistapluri.cruzeirodosulvirtual.com.br/index.php/pluri/article/view/33>. Acesso em: 08 jun. 2023.

MARTINS, Daniel Valério. O Conceito de Sobreculturalidade e os Impasses Relativistas entre os Direitos Humanos e a Educação Diferenciada. **Cadernos CERU**, v. 31, n. 1, jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/174495/163257>. Acesso em: 08 jun. 2023.

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico** v. 17, n. 202, 10 mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41070>. Acesso em: 08 jun. 2023.

REPETTO, Maxim. O conceito de Interculturalidade: trajetórias e conflitos desde América Latina. **Textos e debates**, Boa Vista, v. 2, n. 33, 2019. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/5986>. Acesso em: 08 jun. 2023.

SANTANA, Maria Luzia da Silva. Migração diária e estratégias de aculturação de estudantes paraguaios. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 10, n. 30, 2020. Disponível em:

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/3790>.

Acesso em: 8 ago. 2023.

SANTOS, Boaventura Souza. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCHADEN, Egon. **Leituras de Etnologia Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

SCOTTINI, Alfredo. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. Blumenau, SC: Todolivro Editora, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.); HALL, Stuart, WOODWAR, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; JUNIOR, Carlos Alberto Severo Garcia. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. **Revista de Psicologia da UNESP** v. 16, n. 1, jun. 2017. Disponível: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v16n1/v16n1a02.pdf>. Acesso: 8 ago. 2023.

WEISSMANN, Lisette. Multiculturalidade, Transculturalidade, Interculturalidade. **Constr. psicopedag.**, São Paulo, v. 26, n. 27, p. 21-36, 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542018000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 ago. 2023.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma Introdução Teórica e Conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.); HALL, Stuart, WOODWAR, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

SOBRE OS AUTORES

Cibele Gonçalves Cardozo

Graduada em Serviço Social (2009) e Licenciada em Pedagogia (2017) pelo Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN. Pós-graduada em Gestão Pública (2010) pela Faculdades Integradas de Jacarepaguá (FIJ); Pós-graduada em Educação Infantil com ênfase em Educação Especial e Gestão (2018) e em Psicopedagogia (2023) pelo Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN. Mestra em Educação e Territorialidade pela Faculdade Intercultural Indígena - FAIND / PPGET - Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Docente no Centro Universitário da Grande

Dourados – UNIGRAN EAD, desde o ano de 2010. E-mail para contato:

ciby_cardozo@hotmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0346838726030327>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2570-8067>

Sandro Fernandes do Nascimento

Mestre em Antropologia de Ibero América pela Universidade de Salamanca (2018) - ES. Possui graduação em Filosofia (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) - (1998), especialização em O Pensamento Filosófico Latino-Americano pela Faculdades Integradas Espírita - (2002).

E-mail para contato: sandronandes@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2882107741488514>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0881-8590>